



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Curitiba/PR – 2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Superintendência Regional do DPF no Paraná

Curitiba/PR, 2014

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	9
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	11
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS	16
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	17
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE:.....	17
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	17
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO	18
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	19
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	19
3.2. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	19
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	21
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	21
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	22
3.6. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA.....	22
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	24
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS	24
4.1.1. PROGRAMAÇÃO.....	24
4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	24
4.1.3. REALIZAÇÃO DA DESPESA	25
4.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	27
4.3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	27
4.3.1. ANÁLISE CRÍTICA	28
4.4. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	28
4.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	28
4.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	28
4.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS ÀS TRANSFERÊNCIAS.....	29
4.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	30
4.4.5. ANÁLISE CRÍTICA	31
4.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	31

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	34
5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	34
5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE.....	34
5.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	35
5.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE.....	37
5.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	38
5.1.5. CADASTRAMENTO NO SISAC	38
5.1.6. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	38
5.1.7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.	38
5.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	39
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	39
5.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS	39
5.2.2. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	39
5.2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	40
5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	41
5.2.5. ANÁLISE CRÍTICA	42
5.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	43
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	44
6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS.....	44
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	44
6.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	44
6.2.2. DISCRIMINAÇÃO DE BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	45
6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	46
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	47
8. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	47
8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	47
8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	49
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	50
9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	50
9.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	50
9.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	50
9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	50
9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	51
9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	51
9.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	51
9.4.2. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	51

9.5.	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	51
9.6.	ALIMENTAÇÃO DO SIASG E SICONV.....	52
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	53
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
11.1.	MEDIDAS TOMADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	54
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	56
	ANEXOS	62
	<i>ANEXO I – DECLARAÇÕES DOS SETORES DE GESTÃO DE CONTRATOS.....</i>	<i>62</i>
	<i>ANEXO II – DECLARAÇÕES DOS CONTADORES.....</i>	<i>65</i>
	<i>ANEXO III – ORGANOGRAMA DA SR/DPF/PR.....</i>	<i>68</i>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

ACI/DG – Assessoria de Controle Interno da Direção Geral

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

CGU – Controladoria Geral da União

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SR/DPF/PR – Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Paraná

DPF/PNG/PR - Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá

DPF/PGZ/PR – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa

DPF/GPB/PR - Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava

DPF/CAC/PR - Delegacia de Polícia Federal em Cascavel

DPF/LDA/PR – Delegacia de Polícia Federal em Londrina

DPF/MGA/PR – Delegacia de Polícia Federal em Maringá

DPF/FIG/PR – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu

DPF/GRA/PR – Delegacia de Polícia Federal em Guaíra

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ	9
QUADRO 2 – A.3.2. – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	19
QUADRO 3 - INDICADOR DE DESEMPENHO 1 – TAXA DE CONCLUSÃO IPL.....	22
QUADRO 4 – INDICADOR DE DESEMPENHO 2 – TEMPO MÉDIO CONCLUSÃO IPL.....	23
QUADRO 5 - A.4.2.1. - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	24
QUADRO 6 - A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	25
QUADRO 7 - A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS.....	26
QUADRO 8 - A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	27
QUADRO 9 – A.4.4.2. – RESUMO DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS.....	28
QUADRO 10 – A.4.4.3 – RESUMO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS.....	29
QUADRO 11 – A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	30
QUADRO 12 – A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR CARTÃO CORPORATIVO	31
QUADRO 13 – A.4.5.3 – DESPESAS COM CARTÃO CRÉDITO POR UG/PORTADOR.....	32
QUADRO 14 – A.4.5.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS	32
QUADRO 15 – A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO.....	34
QUADRO 16 – A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS.....	35
QUADRO 17 – A.5.1.2.3 – PERCENTUAL DE SERVIDORES POR NÍVEL ESCOLAR.....	36
QUADRO 18 – A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL EXERCÍCIO/ANOS ANT.....	37
QUADRO 19 – A.5.1.4.1 – COMPOSIÇÃO QUADRO SERVIDORES INATIVOS.....	38
QUADRO 20 – A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIMP/VIGIL.....	40
QUADRO 21 – A.5.2.4 – CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	41
QUADRO 22 – A.5.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	43
QUADRO 23 - A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS.....	44
QUADRO 24 – A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	45
QUADRO 25 – A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL – IMÓVEIS LOCADOS.....	46
QUADRO 26 – A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	47
QUADRO 27 – A.8.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	49
QUADRO 28 – A.9.4.1 – CUMPRIMENTO DE ENTREGAR A DBR	51
QUADRO 29 – ATIVIDADES GERAIS E RESULTADOS OBTIDOS EM 2013	57

INTRODUÇÃO

Este relatório trata do desempenho institucional e gestão orçamentária e financeira desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Paraná, bem como das Unidades Gestoras de Londrina e Foz do Iguaçu, em que pese a DN 127/2013 não tratar destas unidades. Assim, formou-se este relatório de gestão, o qual se sustenta, principalmente, pelas disposições da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e Portaria TCU n. 175/2013.

O conteúdo geral está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013, quais sejam: Identificação e atributos da Unidade, Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados, Estruturas de Governança e Autocontrole da Gestão, Tópicos Especiais de Execução Orçamentária e Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão do Patrimônio, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Renováveis e Sustentabilidade, Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas, Relacionamento com a Sociedade, Informações Contábeis e Outras Informações sobre a Gestão.

As informações constantes no Relatório seguem as orientações contidas na Portaria 175/2013, inclusive no que concerne aos modelos de quadros e declarações. Ainda, as Declarações dos Gestores – relativas à inserção de contratos e convênios no SIASG e SICONV e Declarações dos Contadores, constam como anexos ao presente. Também, procuramos seguir as orientações exaradas pela **Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal**, principalmente no que concerne às Unidades responsáveis pelas informações dos quadros componentes do presente relatório.

Ressalte-se que nem todos os itens identificados como sendo aplicáveis à natureza desta Unidade Jurisdicionada – constantes na DN 127/2013 - foram informados, uma vez que alguns não se aplicam à Unidade ou, mesmo em se aplicando, não são de responsabilidade da Unidade (nestes casos, a responsabilidade pela informação é da Unidade Central, em Brasília/DF). Também, eventualmente, por se caracterizarem como informação de natureza sigilosa. Seguem os itens que não constam no presente relatório.

- a) Item 2.2. - Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, visto a responsabilidade ser afeta ao Departamento de Polícia Federal, de forma ampla, uma vez que a relação dos objetivos do Plano Plurianual são de responsabilidade do Órgão Central, assim como as responsabilidades pelas ações da Lei Orçamentária Anual, não sendo, portanto, responsabilidades desta Superintendência Regional;
- b) Item 4.2. - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, face não haver saldo, nas contas indicadas, em 31/12/2012 e 31/12/2013;
- c) Item 4.6. - Renúncia de Receitas, haja vista não se aplicar a esta Unidade;
- d) Item 4.7 - Gestão de Precatórios, haja vista não se aplicar a esta Unidade;
- e) Item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, haja vista não se aplicar a esta Unidade;
- f) Item 9.2. - Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade se vincula, face esta Unidade não possuir Unidade de Controle Interno, no que concerne aos atos e fatos relativos à gestão;

- g) Item 11.3 - Demonstrações Contábeis previstas na Lei 4.320/64, no caso de unidades que **não** executaram sua contabilidade pelo sistema SIAFI, uma vez que esta Unidade executa sua contabilidade por aquele sistema;
- h) Item 11.4 - Demonstração contábeis previstas na Lei 6.404/76, uma vez que não se aplica a esta Unidade;
- i) Item 11.5 - Demonstração de composição acionária do Capital Social, uma vez que também não se aplica a esta Unidade;
- j) Item 11.6 - Relatório de Auditor Independente, uma vez que não se aplica a esta Unidade.

Finalmente, nesse contexto, constatamos que alguns itens da DN TCU são divididos em tópicos específicos e, eventualmente, algum tópico pode não se aplicar à realidade da unidade ou, mesmo, as informações necessárias podem estar a cargo da Direção Geral ou Órgão Central do Departamento. Nesses casos, procuramos enfatizar essa situação dentro do conteúdo do próprio item, conforme se vislumbrará do contido na sequência deste Relatório.

Cabe destacar que para melhor identificação de cada item e para que resguardasse a correspondência das numerações do sumário e quadro “Informações sobre a Gestão” – da DN TCU 127/2013, mesmo em não se aplicando integralmente o tópico a esta Superintendência, além da menção de sua não aplicação nesta introdução, relacionamo-lo no corpo do Relatório - com a justificativa de seu não preenchimento. Dessa forma, como informado e por opção desta Unidade, resguarda-se a correspondência de numeração do sumário com a numeração dos itens a que esta Unidade está obrigada a informar, constantes na DN 127/2013-TCU, em nosso entendimento, facilitando a consulta para aqueles que compulsarão o presente relatório.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Paraná é constituída por 09 (nove) Unidades Administrativas e Operacionais, sendo que somente 03 (três) são gestoras de créditos orçamentários e recursos financeiros, como segue:

Superintendência Regional em Curitiba (UG's 200364 e 200365) e suas subordinadas – no que concerne aos atos/fatos de gestão - Delegacias de Polícia Federal em Guarapuava/PR, Cascavel/PR, Ponta Grossa/PR e Paranaguá/PR;

Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu (UG's 200366 e 200367) e sua subordinada – no que concerne aos atos/fatos de gestão - a Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR;

Delegacia de Polícia Federal em Londrina (UG's 200368 e 200369) e sua subordinada – no que concerne aos atos/fatos de gestão - a Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR.

No decorrer de 2013, A gestão dessas Unidades passou a constar com apenas uma Unidade Gestora, quais sejam: 200364 – Superintendência Regional do DPF no Paraná, 200366 – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e 200368 – Delegacia de Polícia Federal em Londrina.

O presente relatório, portanto, agrega as informações das Unidades Gestoras acima citadas.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Quadro 01 – A.1.1.1 - Identificação da Unidade

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional do DPF no Paraná			
Denominação Abreviada: SR/DPF/PR			
Código SIORG: 1147	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200364 e 200365
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0032-32	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(41) 3251-7800	(41) 3251-7830	(41) 3251-7832
Endereço Eletrônico: gab.srpr@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua P ^ª Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82640-040.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144 da Constituição Federativa do Brasil de 1988; - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná - SR/DPF/PR. Criada, inicialmente, como Delegacia Regional “C” - através do regulamento aprovado pelo Dec. 56.510, de 28/06/65 – D.O.U. 138, de 22/07/65. Transformada em Superintendência pelo Dec. 70.665/72 - D.O.U nº 104, de 05/06/72. Posteriormente, o Dec. 73.332/73, de 19.12.73 - D.O.U. de 20.12.73 – redefiniu a estrutura do Departamento de Polícia Federal, revogando o Dec. 70.665/72. - Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PR: Dec. 70.665/72 e, na sequência, Dec. 73.332/73 que redefiniu a estrutura do Departamento, revogando o Dec. 70.665/72; - Delegacia de Polícia Federal em Londrina - DPF/LDA/PR: Dec. 70.665/72 e, na sequência, Dec. 73.332/73 que redefiniu a estrutura do Departamento, revogando o Dec. 70.665/72.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça; - Portaria 2.877, de 30 de dezembro de 2011. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200364/200365	Superintendência Regional do DPF no Paraná		
200366/200367	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu		
200368/200369	Delegacia de Polícia Federal em Londrina		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
00001	Tesouro (para as 03 Unidades Gestoras)		

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, em 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Decreto- Lei 6378/44, tomando sua atual constituição através do Decreto-Lei nº 200/1967. O órgão é representado nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como Unidades Gestoras, a exemplo desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Paraná.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, “A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

1.3. Organograma Funcional

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ - SR/DPF/PR:

- a) Delegacia Regional Executiva - DREX;
- b) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR ;
- c) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG ;
- f) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- g) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- h) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU:

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUAÍRA:

V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUARAPUAVA;

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná

- VI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA;
- VII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MARINGÁ;
- VIII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PARANAGUÁ: e
- IX - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PONTA GROSSA.

Conforme Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, Portaria nº 2.877/2011-MJ, compete às Superintendências Regionais, na sua área de atuação:

- I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;
- II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;
- III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;
- IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;
- V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;
- VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e
- VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência

Ainda, conforme o mesmo normativo (Portaria MJ 2.877/2011), compete às Delegacias, Setores e Núcleos:

- I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;
- II - executar operações policiais específicas e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;
- III - cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e
- IV - dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.

Para maiores desdobramentos de cada setor, pode ser consultada a Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Superintendência Regional do DPF no Paraná

Competência/Atribuição: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

Competência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Delegacia Regional Executiva –DREX

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização de aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada sob controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização de emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.

Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado – DRCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Setor de Recursos Humanos

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

1.6. Principais Parceiros

Na consecução de suas diversas atividades, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná tem implementado ações que contam com parcerias de diversos órgãos e instituições no Estado do Paraná.

Destacam-se as parcerias existentes com a Secretaria de Segurança Pública no Paraná, que se materializam não só no compartilhamento de dados e informações relativas à Segurança Pública, como também em ações integradas de combate aos diversos crimes de competência do Departamento de Polícia Federal, com participação efetiva de integrantes das Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná.

Também é importante destacar a atuação conjunta desta Superintendência e a Controladoria Geral da União, cuja participação tem sido fundamental em investigações relacionadas aos desvios de recursos públicos federais, face especialização dos integrantes daquele Órgão de Controle nessa área.

Ainda, contamos com parcerias junto à Receita Federal do Brasil, IBAMA, Ministério Público e Justiça – tanto estadual como federal, visando, sempre, a melhoria contínua dos procedimentos formalizados nesta Superintendência.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da unidade:

Cabe ressaltar que não há, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, um planejamento estratégico específico e formal, sendo a atuação dos diversos Setores que compõe a Unidade delineada pelas suas atribuições legais, bem como, seguindo planejamento ou, mesmo, orientações dos Órgãos Centrais e da própria Direção Geral.

Assim sendo, no exercício de 2013, a exemplo do período anterior, de forma ampla, encontram-se entre os objetivos estratégicos da instituição, os seguintes:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.
- ✓ Crimes Cibernéticos.

Cabe ressaltar, no entanto, que o planejamento estratégico, tático e operacional, suas vinculações em termos de competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA, se aplicam, de forma específica, ao Departamento de Polícia Federal, portanto, devendo constar no Relatório de Gestão da Unidade Central.

Nesse contexto, a Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03 de Novembro de 2010, aprova o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, podendo ser consultado para maior detalhamento, sendo que, específica, dentre outros pontos, que o Plano Estratégico da Polícia Federal é composto de:

- I - Histórico;
- II - Negócio;
- III - Missão;
- IV - Visão;
- V - Valores;
- VI - Fatores Críticos de Sucesso;
- VII - Políticas Corporativas;
- VIII - Macro Objetivos;
- IX - Objetivos Institucionais; e
- X - Ações Estratégicas.

2.2. Programação orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

A Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, de forma ampla, são de responsabilidade do Departamento de Polícia Federal, uma vez que a relação dos objetivos do Plano Plurianual e as responsabilidades pelas ações da Lei Orçamentária Anual, não são responsabilidades afetas a esta Superintendência Regional.

Dessa forma, deixa-se de informar os itens 2.2.1 a 2.2.3 da Portaria 175/2013-TCU, bem como os quadros pertinentes desses subtópicos (quadros A.2.2.1, A.2.2.2 e A.2.2.3.1 a A.2.2.3.4).

2.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

Em 2013 a atuação da Superintendência Regional no Paraná abrangeu inúmeras operações de combate ao crime organizado, sempre em consonância com as diretrizes da Direção Geral, com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Para cumprir os objetivos propostos, foram realizadas diversas operações, bem como impetradas ações de valorização e capacitação dos servidores. Houve necessidade e foram tomadas providências visando a racionalização dos créditos orçamentários disponíveis, tomando-se as devidas cautelas no sentido de minimizar o impacto na atuação da Polícia Federal.

Ainda, no contexto da estratégia de atuação, houve continuidade no processo de fortalecimento da integração entre a Polícia Federal e outros órgãos parceiros, já citados em tópico específico neste Relatório.

As mencionadas ações de integração possibilitaram fortalecer a atuação da Polícia Federal no Paraná, nas mais diversas áreas, desde a inteligência à execução de operações, passando pela capacitação de seus Servidores. As ações permanentes de repressão na região de fronteira também contaram com o apoio da Receita Federal e da Secretaria de Segurança Pública, dentre outros órgãos, sendo a cooperação um dos pilares para os resultados alcançados.

Os resultados alcançados, em cada Delegacia e/ou Setor desta Superintendência, encontram-se discriminados em planilhas, constantes no item 12 deste Relatório.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

As informações sobre a estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão são as que seguem nos tópicos seguintes, sendo importante esclarecer que não se aplica a esta Unidade a informação relativa ao item 3.3. da DN 127/2013-TCU (Remuneração paga aos administradores).

3.1. Estrutura de Governança

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná se encontra estruturada na forma descrita no item 1.3 deste Relatório, cabendo a Direção da Unidade, no que concerne à tomada de decisões, ao Superintendente Regional e seus eventuais substitutos, inclusive interino, conforme estrutura hierárquica, como segue: Superintendente Regional > Delegado Regional Executivo > Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

Ressalte-se que a tomada de decisões, principalmente naquelas situações complexas, decorre de reuniões com o Setor/Núcleo pertinente.

Esta Superintendência não tem em sua estrutura uma Unidade de Auditoria propriamente dita, porém, conta com Unidade de Corregedoria Regional, cujas competências e atribuições são, dentre outras: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de Processos Administrativos, etc.

Por sua vez, os trabalhos relativos às correições e controles internos – afetos à Corregedoria consistem em: inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária (principalmente Inquéritos Policiais); sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); apuração de desvios de conduta; e produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

3.2. Avaliação dos Controles Internos

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, como já citado anteriormente, tem em sua estrutura organizacional a **Corregedoria Regional da Polícia Federal – COR/SR/DPF/PR**, setor responsável, dentre outras atribuições, pelo acompanhamento e correção de eventuais falhas, verificadas na formalização de processos em trâmite na Superintendência, inclusive a guarda de materiais/produtos apreendidos e a custódia de pessoas. Não obstante isso, fica evidente a carência de um setor específico de controle interno, que preveja mecanismos de controle de forma ampla, para todos os setores/atividades desta Superintendência. Ainda, no que concerne aos atos e fatos de gestão, esta Superintendência Regional não possui Unidade de Controle Interno.

Quadro 02 – A.3.2. - Avaliação do Sistema de Controle Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: O preenchimento do presente quadro leva em consideração o exposto no tópico deste item, bem como, tem por foco a Corregedoria Regional, como Unidade de controle em seguimento próprio nesta unidade.					

3.3. Remuneração paga a Administradores

O presente tópico não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, motivo pelo qual se deixa de prestar as informações relativas a esse item, bem como de preencher os quadros pertinentes (A.3.3.2, A.3.3.3, A.3.3.4).

3.4. Sistema de Correição

O sistema de correições da Unidade, de Acordo com a IN 13/2005-DG/DPF - alterada pelas IN 17/08-DG/DPF e 39/2010-DG/DPF, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Corregedoria (como Unidade Central - Chefia); e
- Núcleo de Correições e Núcleo de Disciplina (duas subunidades subordinadas à Corregedoria).

NUCLEO DE CORREIÇÕES:

Unidade/IPL analisados	Correições Ordinárias	Correições Parciais
SR/DPF/PR (sede)	424	048
DPF/FIG/PR	339	322
DPF/GRA/PR	126	209
DPF/LDA/PR	131	013
DPF/MGA/PR	135	-
DPF/PNG/PR	083	006
DPF/PGZ/PR	098	022
DPF/GPB/PR	084	005
DPF/CAC/PR	149	010
Total	1569	635

NÚCLEO DE DISCIPLINA:

Tipo/quantidade	SR	Descentralizadas
PAD instaurados	09	08
Sindicância Investigativas instauradas	12	22
Sindicância Acusatória Instauradas	0	0
Outros Expedientes de Nat. Disciplinar	38	12
Total	59	42

Descentralizadas: Delegacias de Foz do Iguaçu, Guaíra, Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O órgão de correições desta Unidade Jurisdicionada tem observado o disposto nos Artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança

Quadro 03 – Indicador 1 – Taxa de Conclusão de Inquéritos

Indicador 1: Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais Policiais na Unidade Jurisdicionada

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final*		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/PR (percentagem)	31/12/2013	63,60	80	>80%	88,4%
2	DPF/FIG/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	111,04%
3	DPF/GRA/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	73,33%
4	DPF/LDA/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	60,07%
5	DPF/MGA/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	83,12%
6	DPF/PNG/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	84,73%
7	DPF/PGZ/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	99,39%
8	DPF/GPB/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	74,78%
9	DPF/CAC/PR	31/12/2013	63,60	80	>80%	58,84%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2013 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2013 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice, melhor.						

Análise do Resultado Alcançado:

O índice refere-se à produção da SR/DPF/PR e Unidades Descentralizadas em 2013, ano em que foram instaurados 6923 e relatados 5690 IPL's, totalizando para o estado **82,18%**. Assinale-se que o quantitativo de IPL's instaurados está aumentando de forma sensível e as necessidades do EPROC causaram relevante aumento do labor nos inquéritos.

Em 2012 o índice foi de 82% (5972 instaurados e 4871 relatados).

Em 2011 o índice foi de 150% (5560 instaurados e 8355 relatados).

Em 2010, o índice alcançou 111% (7.629 instaurados e 8.470 relatados).

(dados extraídos do SISCART)

Quadro 04 – Indicador 2 – Tempo médio entre a abertura e a conclusão de inquérito

Indicador 2: Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final*		
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/PR-Sede (Portaria)	01/01/2013 a 31/12/2013	79	70	<70	369 dias
2	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/FIG/PR (Portaria)	01/01/2013 a 31/12/2013	79	70	<70	313 dias
3	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/LDA/PR (Portaria)	01/01/2013 a 31/12/2013	79	70	<70	300 dias

Fórmula de Cálculo do Índice:

Os números refletem o tempo médio, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas). Metodologia: o tempo para conclusão do IPL, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa.

Análise do Resultado Alcançado:

O tempo médio de conclusão de IPL's (instaurados por portaria) na SR/DPF/PR (sede) foi calculado (automaticamente pelo SISCART) em **369** dias para os IPL's relatados em **2013** (instaurados por portaria). De seu turno, IPL's instaurados em razão de prisões em **flagrante** atingiram tempo médio de **73** dias. Em 2012 o tempo médio era de 288 dias úteis para os IPL's/portaria e de 63 dias para IPL's/flagrante. Em 2011 os números eram de 279 dias para IPL's/PORTARIA e 47 dias para IPL's/FLAGRANTE. Em 2010 alcançava-se 240 dias (portaria) e 66 dias (flagrante).

Foi possível obter os dados da DPF/FIG/PR, segunda maior unidade do estado com características diferenciadas, vez que se situa na tríplice fronteira. Em tal unidade o tempo médio de conclusão em 2013 foi de 313 dias para IPL's/PORTARIA e 85 dias para IPL's/FLAGRANTE. Em 2012 os mesmos números eram de 336 dias para IPL's/PORTARIA e 83 dias para IPL's/FLAGRANTE.

Finalmente, na DPF/LDA/PR o tempo médio de conclusão em 2013 foi de 300 dias para IPL's/PORTARIA e 125 dias para IPL's/FLAGRANTE. Em 2012 os mesmos números eram de 327 dias para IPL's/PORTARIA e 79 dias para IPL's/FLAGRANTE.

* Meta prevista ao final do PPA

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em relação ao presente tópico, esclarecemos que alguns de seus itens não se aplicam a esta Unidade Gestora, a exemplo dos itens 4.2, 4.6 e 4.7, conforme informado na introdução deste relatório, deixando-se, portanto, de preencher as informações e os quadros pertinentes.

Também, há casos em que o item se aplica parcialmente, o que será tratado no item específico, declinando as informações e quadros que não constam e os respectivos motivos.

4.1. Execução das Despesas

4.1.1. Programação

As informações relativas à programação orçamentária/financeira da Unidade serão fornecidas, em especial, na forma de quadros, sendo importante ressaltar que alguns dados não se aplicam a esta Unidade, deixando-se, por consequência, de prestar as informações ou de preencher os quadros pertinentes, conforme abaixo segue:

O quadro A.4.1.1 não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, visto esta Superintendência não se tratar de Unidade Orçamentária e não constar, originariamente, na Lei Orçamentária Anual de 2013. Em princípio, as informações pertinentes deverão constar no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

Também, o quadro A.4.1.2.2. não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, devendo suas informações constar no Relatório de Gestão da Unidade Central.

O item 4.1.3.1 e seus respectivos quadros (A.4.1.3.1 a A.4.1.3.4) não se aplicam a esta Unidade Gestora, em função de se referirem a crédito originários da própria LOA, portanto, em princípio, tais informações devem constar no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 05 – A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	200336	200364	301010612221122000			2.413,91
Recebidos	200336	200364	3010106183207014WH			420.863,56
Recebidos	200336	200364	301010618320707U23			443.958,51
Recebidos	200336	200364	301080612221122000			10.653.211,10
Recebidos	200336	200364	301080618120702726			3.611.333,55
Recebidos	200336	200364	301080630121122004			8.382,53
Recebidos	200336	200364	301080630621122012			3.150,55

Recebidos	200336	200366	301010612221122000			22.207,65
Recebidos	200336	200366	3010106183207014WH			214.653,81
Recebidos	200336	200366	301010618320707U23			328.582,27
Recebidos	200336	200366	301080612221122000			8.901.622,22
Recebidos	200336	200366	301080618120702726			3.062.655,37
Recebidos	200336	200368	301010612221122000			12.359,45
Recebidos	200336	200368	3010106183207014WH			146.540,65
Recebidos	200336	200368	301010618320707U23			69.162,04
Recebidos	200336	200368	301080612221122000			2.400.363,52
Recebidos	200336	200368	301080618120702726			951.732,55
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	200336	200364	301080612221122000	1.436.756,26		
Recebidos	200336	200364	3010806181207020IC	2.685.353,76		
Recebidos	200336	200364	3010806181207020UE	7.980,00		
Recebidos	200336	200364	301080618120702586	387.504,60		
Recebidos	200336	200364	301080618120702726	995.578,00		
Recebidos	200336	200366	301080612221122000	1.781.322,00		
Recebidos	200336	200366	3010806181207020IC	3.372.370,58		
Recebidos	200336	200366	3010806181207020UE	340.319,19		
Recebidos	200336	200366	301080618120702726	9.604,13		
Recebidos	200336	200368	301080612221122000	58.775,00		
Recebidos	200336	200368	3010806181207020IC	977.163,00		
Recebidos	200336	200368	301080618120702726	33.342,10		

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contração – Créditos Originários

As informações deste subtópico não se aplicam a esta Unidade Gestora, face não figurar diretamente na LOA 2013, deixando-se de constar, portanto, as informações dos quadros A.4.1.3.1 a A.4.1.3.4.

4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contração – Créditos de Movimentação

Quadro 06 – A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.960.627,38	16.183.565,15	16.500.018,32	15.983.130,91
a) Tomada de Preços	109.837,56	-	109.837,56	-

b) Concorrência	-	89.619,83	-	89.619,83
c) Pregão	16.850.789,82	16.093.945,32	16.390.180,76	15.893.511,08
2. Contratações Diretas (h+i)	2.316.725,64	2.539.777,43	2.159.429,66	2.497.696,16
d) Dispensa	1.819.731,32	2.120.077,29	1.677.993,84	2.082.111,77
e) Inexigibilidade	496.994,32	419.700,14	481.435,82	415.584,39
3. Regime de Execução Especial	1.041.384,32	755.378,39	1.041.384,32	755.378,39
f) Suprimento de Fundos	1.041.384,32	755.378,39	1.041.384,32	755.378,39
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	7.412.095,96	6.000.882,41	7.409.273,46	5.995.807,32
g) Diárias	7.412.095,96	6.000.882,41	7.409.273,46	5.995.807,32
5. Outros (não se aplica)	1.132.584,96	574.348,36	1.131.861,81	572.950,92
6. Total (1+2+3+4+5)	28.863.418,26	26.053.951,74	28.241.967,57	25.804.963,70

Quadro 07 – A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>
<i>1 – Despesas de Pessoal</i>								
<i>Outros benefícios assistenciais</i>	56.657,70	-	56.657,70	-	-	-	56.657,70	-
<i>Despesas de exercícios anteriores</i>	492,77	-	492,77	-	-	-	492,77	-
3 – Outras Despesas Correntes								
<i>Diárias - pessoal civil</i>	6.000.882,41	7.412.095,96	6.000.882,41	7.412.095,96	-	-	5.995.807,32	7.409.273,46
<i>Material de consumo</i>	3.910.460,95	3.316.183,51	2.179.452,60	2.638.733,02	1.731.008,35	677.450,49	2.157.073,17	2.633.499,93
<i>Passagens e locomoção</i>	740.320,72	969.248,01	679.479,84	857.293,84	60.840,88	111.954,17	631.180,19	850.882,70
<i>Outros serviços de 3ºs - pessoa física</i>	425.832,86	677.274,36	372.945,00	660.034,15	52.887,86	17.240,21	372.945,00	659.392,90
<i>Locação de Mão de obra</i>	12.211.273,84	12.299.073,89	10.734.248,47	11.087.359,78	1.477.025,37	1.211.714,11	10.629.157,33	10.839.864,55
<i>Outros serviços de 3ºs - pessoa jurídica</i>	7.231.205,89	5.319.040,44	5.132.393,41	4.367.518,89	2.098.812,48	951.521,55	5.097.768,12	4.146.815,43
<i>Obrigações tributárias</i>	40.499,86	63.248,62	35.499,85	42.284,28	5.000,01	20.964,34	34.102,41	42.098,74
<i>Despesas de exercícios anteriores</i>	49.007,05	454.985,00	47.407,05	454.985,00	1.600,00	-	47.407,05	454.985,00
<i>Indenizações e restituições</i>	382.384,15	363.183,13	381.784,15	360.659,64	600,00	2.523,49	381.784,15	360.122,03
<i>Material de consumo</i>	5.250,00	-	-	-	5.250,00	-	-	-

<i>Outros serv. 3ºs - pês.jur-op.intra-orc.</i>	28.500,00	40.000,00	4.338,67	22.917,94	24.161,33	17.082,06	4.338,67	22.796,46
<i>Obrig.tribut -op.intra orcament</i>	5.798,80	3.928,70	5.798,80	2.928,70	-	1.000,00	5.798,80	2.928,70
<i>Outros benef.assist. Do servido</i>	-	80.442,71	-	80.442,71	-	-	-	80.442,71
<i>Despesas de exercícios anteriores</i>	-	1.184,43	-	1.184,43	-	-	-	1.184,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Obras e instalações	3.356.411,45	1.485.195,01	123.769,78	134.507,56	3.232.641,67	1.350.687,45	123.769,78	134.507,56
Equipamentos e material permanente	3.818.555,06	10.410.938,41	355.385,16	619.246,85	3.463.169,90	9.791.691,56	323.265,16	481.947,46
Indenizações e restituições	566,55	-	566,55	-	-	-	566,55	-
Outros serviços de 3ºs - pessoa jurídica	-	87.492,10	-	33.342,10	-	54.150,00	-	33.342,10
Despesas de exercícios anteriores	-	102.443,10	-	87.883,41	-	14.559,69	-	87.883,41

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Conforme informado pelo NEOF/SELOG/SR/DPF/PR, não há saldo nas contas indicativas, deixando-se, portanto, de prestar informações e preencher o quadro pertinente (A.4.2).

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 08 – A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2006	R\$ 100,00	R\$ 0,00	(R\$ 100,00)	R\$ 0,00
2009	R\$ 400,00	R\$ 0,00	(R\$ 400,00)	R\$ 0,00
2010	R\$ 600,00	R\$ 0,00	(R\$ 600,00)	R\$ 0,00
2011	R\$ 52.948,45	R\$ 52.948,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	R\$ 248.988,04	R\$ 207.129,01	(R\$ 4.837,23)	R\$ 37.021,80
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2011	R\$ 3.944.126,38	R\$ 1.800.343,25	(R\$ 4.863,13)	R\$ 2.138.920,00
2012	R\$ 12.152.997,85	R\$ 8.829.662,22	(R\$ 403.262,69)	R\$ 2.920.072,94

4.3.1. Análise Crítica

O acúmulo de valores inscritos em Restos a Pagar não processados evidencia a tendência de liberação de créditos para confecção de empenhos ao final do exercício, o que prejudica sobremaneira o planejamento da Unidade, bem como, pode comprometer os pagamentos efetivos do exercício seguinte, face o montante de recurso financeiro necessário (no ano seguinte, para fazer frente às despesas do ano em curso e aquelas decorrentes dos restos a pagar inscritos).

4.4. Transferências de Recursos

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não houve, em 2013, instrumentos de transferências vigentes, motivo pelo qual se deixa de prestar as informações e de preencher o quadro pertinente (A.4.4.1).

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios

Quadro 09 – A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PR						
Nome:	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DO PARANA					
CNPJ:	76610591000180					
UG/GESTÃO	200364/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	1	-	-	6.690,53
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Totais	0	0	1	-	-	6.690,53

Fonte: Siafi Gerencial

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU						
Nome:	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DO PARANA					
CNPJ:	76610591000180					
UG/GESTÃO	200366/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	1	-	-	12.341,61
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Totais	0	0	1	-	-	12.341,61

Fonte: Siafi Gerencial

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM LONDRINA						
Nome:	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DO PARANA					
CNPJ:	76610591000180					
UG/GESTÃO :	200368/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	1	-	-	4.907,50
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Totais	0	0	1	-	-	4.907,50

Fonte: Siafi Gerencial

4.4.3. Informações sobre a prestação de Contas Relativas às Transferências

Quadro 10 – A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas de Transferências concedidas pela Unidade

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse. Valores em R\$ 1,00

SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PR					
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANA					
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200364/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	6.690,53	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU					
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANA					
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200366/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	12.341,61	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM LONDRINA					
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANA					
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200368/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	4.907,50	-	-
Fonte: Siafi Gerencial					

4.4.4. Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 11 – A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Posição 31.12
Valores em R\$ 1,00

SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PR				
Nome: CENTRO DE INEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO PARANA				
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200364/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de Contas Prestadas		1	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Montante Repassado	6690,53	0
Fonte: Fonte Siafi Gerencial				

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU				
Nome: CENTRO DE INEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO PARANA				
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200366/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de Contas Prestadas		1	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Montante Repassado	12341,61	0
Fonte: Fonte Siafi Gerencial				

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM LONDRINA				
Nome: CENTRO DE INEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO PARANA				
CNPJ: 76610591/0001-80		UG/GESTÃO: 200368/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de Contas Prestadas		1	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Montante Repassado	4907,5	0
Fonte: Fonte Siafi Gerencial				

4.4.5. Análise Crítica

As informações repassadas referem-se ao exercício de 2011, face ter sido o último exercício onde houve repasses de recursos das Unidades Gestoras, em função de convênios até então vigentes.

4.5. Suprimento de Fundos

Não houve concessão de Suprimento de Fundos, por meio de Contas do tipo “B”, excluindo-se dos quadros a parte onde são solicitadas tais informações (A.4.5.1 e A.4.5.4), bem como, deixando-se de apresentar o quadro A.4.5.2, face ser específico para contas do tipo “B”.

Também, foram excluídas informações relativas aos suprimentos de fundos para atividades policiais, face o sigilo que as envolvem, quando do preenchimento do quadro A.4.5.3, portanto, este contém as informações relativas aos Suprimentos de Fundos de Pequeno Vulto.

Quadro 12 – A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
UG 200364 – Superintendência Regional do DPF no Paraná					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
	2013	597	516.932,63	51	71.080,99
2012	376	273.960,60	60	66.728,95	732.848,55
2011	476	376.407,95	85	91.542,68	955.751,33
UG 200366 – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
	2013	37	139.119,28	37	90.155,20
2012	33	171.308,46	33	154.915,77	326.224,23
2011	45	319.676,84	45	106.336,20	426.013,04

UG 200368 – Delegacia de Polícia Federal em Londrina					
Exercícios	CPGF				
	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	239	186.088,85	25	25.807,06	211.895,91
2012	98	43.747,62	20	22.187,15	65.934,77
2011	122	41.918,71	23	19.868,95	61.787,66

Quadro 13 – A.4.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador						Valores em R\$ 1,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
200364		Limite de Utilização da UG				
WILSON BARRETO	286.745.459/04	10.874,84	2.442,02	8.389,55	10.831,57	
CARLOS ARTUR DINIZ MARQUES	320.801.409/06	5.278,39	2.317,92	2.889,43	5.207,35	
LUIZ ALBERTO BONIN	877.993.169/34	6.322,99	984,00	5.338,99	6.322,99	
Total Utilizado pela UG			5.743,94	16.617,97	22.361,91	
200366		Limite de Utilização da UG				
ANAILDES TATIANE PINHO DA SILVA	512.984.305/34	15.897,02	4.384,94	11.511,55	15.896,49	
NEI CARLOS ROOS FACCIN	531.104.200/15	4.916,00	2.130,00	2.786,00	4.916,00	
Total Utilizado pela UG			6.514,94	14.297,55	20.812,49	
200368		Limite de Utilização da UG				
RICARDO COSTA ESPIGA	006.010.609/38	11.655,17	7.177,90	4.473,72	11.651,62	
Total Utilizado pela UG			7.177,90	4.473,72	11.651,62	
Total Utilizado pela UJ			19.436,78	35.389,24	54.826,02	

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 14 – A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos						
CPGF						
UG 200364 – Superintendência Regional no Paraná						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtdade	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	45*	1.029.184,01	41*	732.848,55	65*	955.751,33
UG 200366 – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	36	229.274,48	33	326.224,23	45	426.013,04

UG 200368 – Delegacia de Polícia Federal em Londrina						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	19	255.800,00	18	175.733,75	14	123.903,71

Análise Crítica do uso de Suprimento de Fundos

As verbas de Suprimento de Fundos são utilizadas tanto para Despesas de Pequeno Vulto como para o regime especial de execução, neste caso, em especial para cobrir despesas de caráter policial, quando da realização de Operações Policiais, sendo nesta área que se encontra quase a totalidade dos gastos em comento.

As normas para a concessão, aplicação e comprovação de suprimentos de fundos, na esfera do Departamento de Polícia Federal, encontram-se estampadas na Instrução Normativa nº 49-DG/DPF, de 21 de Dezembro de 2011.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

No fornecimento das informações deste tópico, relativas à gestão de pessoas e demais colaboradores desta Superintendência, excluímos os dados classificados como sigilosos, os quais, por orientação da ACI/DG/DPF, em especial, encontram-se elencados nos Quadros A.5.1.1.1 e A.5.1.2.2, os quais não constam no presente relatório.

Ainda, no que concerne às informações do Quadro A.5.1.2.3, estas foram fornecidas em termos percentuais – adaptando-se o quadro modelo, haja vista o quantitativo evidenciar informações também classificadas como sigilosas, conforme orientação da ACI/DG/DPF.

Por sua vez, o quadro A.5.2.1 deixa de constar no relatório, haja vista não haver informações a serem prestadas.

Finalmente, o quadro A.5.2.2 deixa de constar por não se aplicar a esta Unidade, sendo que as informações pertinentes devem constar no Relatório do Departamento de Polícia Federal.

5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Quadro 15 – A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	42
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	13
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	24

4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	10
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	10
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)*	5
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: SRH/SR/DPF/PR e SIAPE (>CACOCORUO)

* todos referentes ao Artigo 20 § único ad Lei 8429/92.

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 16 – A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	4	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	3	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	42	42	22	19
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	42	22	19
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	46	46	25	22

Fonte: SIAPE (>CACOCHEFIA e >CACODETPFU).

Quadro 17 – A.5.1.2.3 – Percentual de Servidores por nível de escolaridade

**Quadro A.5.1.2.3 – Percentual de servidores da UJ por nível de escolaridade -
Situação apurada em 31/12**

Nível de Escolaridade	% - Cargo Efetivo	% - Cargo em Comissão
Fundamental	0,122%	0,00%
Nível Médio	11,14%	4,65%
Nível Superior	88,74%	95,35%
Especialização	0%	0,00%
Mestrado	0%	0,00%
Doutorado	0%	0,00%
TOTAL	100%	100%
Fonte: DW, de 31/12/2013, conforme quantitativos informados pelo SRH/SR/DPF/PR		

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade

Quadro 18 – A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício e nos dois anteriores

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	124.447.038,67		140.729,54	3.211.751,71	1.051.623,34	2.057.317,76	3.636.884,80	111.225,03	3.082.019,12	110.236.365,73
	2012	93.339.786,81		13.255.316,32	3.574.321,21		4.152.065,16		18.784,85	48.156,54	110.236.365,73
	2011	95.703.570,66		13.442.735,14	3.745.559,09		4.179.006,67			79.868,20	117.150.739,76
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										653.881,94
	2012	554.556,74		71.428,06	11.576,14		16.321,00				653.881,94
	2011	382.310,80		55.274,15	13.940,09		6.080,00				457.605,04
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.291.247,57	78.374,91	149.940,37	22.246,44	28.557,61	11.811,43	18.926,00	442,14	5.162,75	1.147.966,71
	2012	890.668,82		198.038,18	34.985,46		23.552,00			722,25	1.147.966,71
	2011	914.712,24		181.916,84	39.883,15		23.486,00			2.849,65	1.162.847,88
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	7.956.180,52	10.371,60	1.126.173,44	211.054,78	25.686,48	61.814,24	158.799,00	647,69	6.466,30	6.841.029,58
	2012	5.495.415,65		888.744,02	286.162,24		167.329,90		83,04	3.294,64	6.841.029,58
	2011	5.415.066,74		703.427,64	194.444,57		170.700,57			7.565,32	6.491.204,84

Fonte: DW de dezembro de 2013.

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Conforme informado pelo SRH/SR/DPF/PR, não há como a Unidade informar os dados do quadro 5.1.4.2., cujas informações, cremos, constarão do Relatório de Gestão da Unidade Central.

Quadro 19 – A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	12	12
1.1 Voluntária	12	12
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	5	5
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	29	29

Fonte: SIAPE (>CACOAPOSSE)

5.1.5. Cadastramento no Sisac

Conforme informado pelo SRH/SR/DPF/PR, não há como a Unidade informar os dados dos quadros A.5.1.5.1., A.5.1.5.2, A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4, cujas informações, cremos, constarão do Relatório de Gestão da Unidade Central.

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram constatadas, no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná, acumulação indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos.

5.1.7. Providências adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não foram constatadas, nesta Superintendência Regional, ocorrências dessa natureza, não havendo, portanto, providências a adotar.

5.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não há indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos nesta Superintendência Regional do DPF no Paraná. Em geral os indicadores são desenvolvidos pelo Órgão Central em Brasília. Desta forma, cremos, a informação deve constar no Relatório de Gestão da Unidade Central.

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos

O quadro de servidores administrativos desta Unidade Gestora precisa ser reforçado para que as demandas relacionadas com a administração da unidade possam ser plenamente atendidas. Eventualmente, ocorre remoção para atender as necessidades dos Setores Administrativos. Entretanto, o atendimento pleno está vinculado ao incremento de lotação, o qual só pode ser viabilizado mediante a realização de concurso público. Assim, esta Superintendência Regional conta com o apoio de terceirizados, contratados como recepcionistas, que atuam em diversos setores exercendo atividades de secretaria, especialmente na recepção de documentos, motivo pelo qual entendemos não haver o que informar no quadro A.5.2.1.

5.2.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

A informação não se aplica a esta Superintendência, conforme orientação da ACI/DG/DPF, motivo pelo qual se deixa de preencher o Quadro A.5.2.2., devendo constar no Relatório de Gestão da Unidade Central.

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro 20 – A.5.2.3. – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná													
UG/Gestão: 200364/00001						CNPJ: 00.394.494/0032-32							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natura	Ident. Do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	7	06.888.220/0001-80	01/02/2008	31/07/2013	26	26					E
2013	L	O	5	13.682.207/0001-35	01/08/2013	31/03/2015	18	18					A
2010	V	O	14	09.039.434/0001-70	01/01/2011	30/04/2014	44	44					P
2010	L	O	7	09.201.726/0001-67	24/05/2010	24/05/2014	11	11					P
Fonte: GESCON/SR/DPF/PR													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR													
UG/Gestão: 200366						CNPJ: 00.394.494/0077-34							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natur	Ident. do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	05*	10.398.338/0001-05	18/06/2013	17/06/2014	5	5					A
2012	V	O	02*	11.933.418/0001-78	29/02/2012	28/06/2014			20	20			P
2012	V	O	03	06.297.793/0001-39	29/02/2012	28/06/2014			20	20			P
2010	L	O	20	07.192.414/0001-09	01/01/2011	31/12/2014	21	21					P
2010	L	O	21*	07.228.643/0001-36	01/01/2011	17/06/2013	2	2					E
Observações: * Serviços prestados na DPF/GRA/PR (Guaíra)													
Fonte: NAD/FIG/PR													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Londrina													
UG/Gestão: 200368/00001						CNPJ: 00.394.494/0094-35							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natur	Ident. do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	003	07228643000136	16/06/2008	15/06/2013	7	7					E

2011	V	O	001	11933418000178	01/07/2011	30/06/2016			4	4			P
2008	L	O	004	73281404000174	16/06/2008	15/06/2013	7	7					E
2008	V	O	005	08282615000160	15/08/2008	14/08/2013			4	4			E
2013	V	O	004	12138329000100	01/10/2013	31/05/2015			4	4			A
2013	V	O	005	12138329000100	01/10/2013	31/05/2015			2	2			A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: NAD/LDA/PR

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 21 – A.5.2.4. – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná													
UG/Gestão: 200364/00001								CNPJ: 00.394.494/0032-32					
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu reza	Ident. do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	3	O	5	06.888.220/0001-80	01/01/2008	31/12/2013	7	7					E
2008	4	O	7	06.888.220/0001-80	01/02/2008	31/07/2013	3	3					E
2010	5	O	13	06.888.220/0001-80	04/01/2011	03/01/2013	29	29					E
2013	4	O	4	05.912.569/0001-47	01/08/2013	31/03/2015	4	4					A
2012	5	O	11	10.328.740/0001-05	07/01/2013	06/09/2014	29	29					A
2012	5	O	10	07.188.842/0001-68	19/11/2012	18/07/2014	34	34					A
2012	7	O	9	03.025.281/0001-25	19/11/2012	18/07/2014	6	6					A
2011	9	O	3	12.229.984/0001-66	01/06/2011	30/09/2014	6	6					P
Fonte: GESCON/SR/DPF/PR													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR													
UG/Gestão: 200366								CNPJ: 00.394.494/0077-34					
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu reza	Ident. do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5 / 12	O	12	04.314.669/0001-09	01/04/2010	31/03/2014			25	25			P
2010	12	O	13	07.592.889/0001-92	01/04/2010	31/03/2014			2	2			P

2010	2	O	17	07.592.889/0001-92	28/06/2010	27/06/2014			2	2			P
2010	5	O	19	07.288.643/0001-36	01/12/2010	31/11/2014			40	40			P
2011	3	O	22**	79.283.065/0003-03	01/01/2011	31/12/2014			2	2	2	2	P
2011	9	O	23**	08.431.911/0001-85	01/01/2011	31/12/2014	6	6	1	1			P
2011	12	O	24**	07.288.643/0001-36	01/01/2011	31/12/2014			2	2			P
2011	5	O	26*	07.288.643/0001-36	01/01/2011	31/12/2014			7	7			P
2012	7	O	08	01.048.117/0001-08	01/01/2012	31/03/2015	2	2					P
2012	5	O	08**	10.328.740/0001-05	17/09/2012	16/05/2014			5	5			A

Observações: * Serviços prestados na DPF/GRA/PR **Serviços parcialmente prestados na DPF/GRA/PR

Fonte: NAD/FIG/PR

Unidade Contratante

Nome: Delegacia de Polícia Federal em Londrina

UG/Gestão: 200368/00001

CNPJ: 00.394.494/0094-35

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natu reza	Ident. do Ctto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	5	O	001	06888220000180	01/02/2009	31/01/2014			14	3		11	P
2012	12	O	004	10328740000150	01/10/2012	30/09/2017			7	4		3	P
2013	3	O	002	01289298000164	04/06/2013	30/06/2014			1	1	2	2	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: NAD/LDA/PR

5.2.5. Análise Crítica

Os contratos com envolvem mão de obra, em especial os relativos a vigilância ostensiva, limpeza e conservação predial, serviços de recepção e copeiragem, tem acompanhamento especial por parte desta Administração.

É sabido que a correta fiscalização desses contratos previne a ocorrência de infrações por parte da Contratada, mormente aquelas relativas aos direitos trabalhistas e previdenciários.

A conferência e o acompanhamento da documentação pertinente, a exemplo das que comprovam os recolhimentos de fundo de garantia, seguridade social, bem como o acompanhamento daqueles itens que compõe a folha de pagamento, inclusive os auxílios (auxílio alimentação, auxílio transporte, etc), traduz-se em tarefa que demanda conhecimento específico e, nesse contexto, há uma clara dificuldade de se encontrar servidores com perfil e conhecimento técnico para exercer essa fiscalização, dentro dos quadros do serviço público, de forma geral, ressalvados casos (não comuns – diga-se) de órgãos públicos que conseguiram implementar efetiva fiscalização contratual.

Na busca da melhoria dessa fiscalização, reconhecidamente frágil nesta Unidade, em 2013 implementamos o “Setor de Fiscalização”. Nele foram lotados, COM PREJUÍZO DAS DEMAIS ATIVIDADES, 03 (três) Servidores, os quais estão sendo especializados na difícil tarefa de acompanhar e fazer cumprir as regras estabelecidas nos instrumentos contratuais.

Essa medida já rende seus primeiros frutos (visto que não se aprende em curto espaço temporal todas as tarefas pertinentes), sobretudo na fiscalização daqueles contratos que envolvem terceirização de mão de obra. A fiscalização tem sido efetiva nesses contratos, resguardando-se a correta execução contratual e, mais importante, que sejam respeitados os direitos trabalhistas/sociais dos terceirizados.

Esse rumo procedimental culminou, em alguns casos, com a abertura de processos administrativos – visando apurar eventuais descumprimentos de obrigações contratuais, trazendo aos “trilhos” eventuais desvios de condutas das contratadas, sendo que, atualmente, a grande maioria dos contratos não apresentam problemas, mostrando que a decisão fora acertada, quando do remodelamento da forma de fiscalizar os contratos nesta Unidade.

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 22 – A.5.2.6. – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	81	81	65	53	405.958,57
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	0	0	0	0	

Fonte: DW de dezembro de 2013.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

A frota de veículos desta Superintendência é utilizada segundo as normas internas e gerenciada por controles específicos, em contrato mantido por esta Administração.

A frota de veículos é própria, não possuindo esta Administração contratos de locação. Também, em alguns casos, são utilizados veículos apreendidos – não pertencentes ao patrimônio da Unidade, quando cedidos (o uso) por autorização judicial.

Cabe destacar que demais informações inerentes à frota são resguardadas por sigilo, conforme orientação exarada pela ACI/DG/DPF, nos termos da Instrução Normativa 069/2012-DG/DPF.

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Deixa-se de preencher as informações relativas ao quadro 6.2.3, em função desta Superintendência não possuir imóveis funcionais.

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 23 - A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - PARANÁ	15	15
	CURITIBA	3	3
	PARANAGUÁ	4	4
	PONTA GROSSA	0	0
	GUARAPUAVA	0	0
	CASCADEL	1	2
	FOZ DO IGUAÇU	2	2
	GUAÍRA	2	1
	LONDRINA	2	2
	MARINGÁ	1	1
Total Brasil		15	5

Fonte: NAD/DPF/FIG/PR – NAD/SR/DPF/PR – NAD/DPF/LDA/PR

6.2.2. Discriminação de Bens Imóveis sob a Responsabilidade da Unidade, exceto imóvel funcional

Quadro 24 - A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício																							
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção																						
200366	7563.00810.500-4		2		19/09/2012	118.751.535,58	-	-																						
200366	7563.00821.500-4		2		24/05/2012	18.047.859,36																								
200366	7571.00020.500-0		2		17/05/2012	577.145,85																								
200366	7571.00040.500-0		2		03/12/2013	2.446.388,88																								
200364	749300066.500-6	13	4			670.890,72																								
200364	753500375.500-5	13	4			441.771,58																								
200364	753500405.500-7	13	3			2.362.802,91																								
200364	753500424.500-0	Guarda Provisória	3			24.460.927,66		288.357,48																						
200364	774500111.500-9	13	5			3.261.510,09																								
200364	774500140.500-7	5	Terreno			107.442,52																								
200364	774500171.500-6	4	Terreno			737.652,19																								
200364	774500179.500-0	13	Terreno			110.893,40																								
200368	766700096.500-3	21	3	2.525.960,04	28/03/2013	2.525.960,04		6.822,00																						
200368	766700109.500-2	21	3	909.601,11	25/04/2013	909.601,11		1.410,00																						
Total																														
<p>Regime:</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1 – Aquicultura</td> <td style="width: 50%;">12 – Em regularização – Outros</td> </tr> <tr> <td>2 – Arrendamento</td> <td>13 – Entrega – Adm. Federal Direta</td> </tr> <tr> <td>3 – Cessão – Adm. Federal Indireta</td> <td>14 – Esbulhado (Invadido)</td> </tr> <tr> <td>4 – Cessão – Outros</td> <td>15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)</td> </tr> <tr> <td>5 – Cessão – Prefeitura e Estados</td> <td>16 – Irregular – Cessão</td> </tr> <tr> <td>6 – Cessão Onerosa</td> <td>17 – Irregular – Entrega</td> </tr> <tr> <td>7 – Comodato</td> <td>18 – Irregular – Outros</td> </tr> <tr> <td>8 – Disponível para Alienação</td> <td>20 – Locação para Terceiros</td> </tr> <tr> <td>9 – Em processo de Alienação</td> <td>21 – Uso em Serviço Público</td> </tr> <tr> <td>10 – Em regularização – Cessão</td> <td>22 – Usufruto Indígena</td> </tr> <tr> <td>11 – Em regularização – Entrega</td> <td>23 – Vago para Uso</td> </tr> </table>									1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros	2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta	3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)	4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)	5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão	6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega	7 – Comodato	18 – Irregular – Outros	8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros	9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público	10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena	11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso
1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros																													
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta																													
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)																													
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)																													
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão																													
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega																													
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros																													
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros																													
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público																													
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena																													
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso																													
Estado de Conservação																														
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1 – Novo</td> <td style="width: 50%;">5 – Reparos Importantes</td> </tr> <tr> <td>2 – Muito Bom</td> <td>6 – Ruim</td> </tr> <tr> <td>3 – Bom</td> <td>7 – Muito Ruim (valor residual)</td> </tr> <tr> <td>4 – Regular</td> <td>8 – Sem Valor</td> </tr> </table>									1 – Novo	5 – Reparos Importantes	2 – Muito Bom	6 – Ruim	3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)	4 – Regular	8 – Sem Valor														
1 – Novo	5 – Reparos Importantes																													
2 – Muito Bom	6 – Ruim																													
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)																													
4 – Regular	8 – Sem Valor																													
Fonte: NAD/SR/DPF/PR, NAD/DPF/FIG/PR e NAD/DPF/LDA/PR																														

6.3 Distribuição Espacial de Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 25 - A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - PARANÁ	5	5
	PONTA GROSSA	1	1
	CASCATEL	1	1
	GUAÍRA	3	3
Subtotal Brasil		5	5
Fonte: NAD/DPF/FIG/PR – NAD/SR/DPF/PR – NAD/DPF/LDA/PR			

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Conforme orientação da ACI/DG/DPF, o presente tópico é de responsabilidade da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF, portanto, as informações pertinentes deverão constar no Relatório de Gestão da Unidade Central, deixando-se, assim, de preencher o quadro A.7.1. e de fornecer as informações em comentário.

8. GESTÃO DO USO RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 26 - A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
	Uso de material reciclado/atóxico, destinação correta de resíduos, eficiência energética, etc.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
	Restriction of Certain Hazardous Substances, NBR, Certificados relativos à eficiência energética, etc.				

<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
	Redução do consumo.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
	Papel reciclado e exigiu produtos acondicionados em embalagens recicláveis e/ou retornáveis				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X	
	Como critério de desempate, caso necessário.				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>				X	
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>				X	
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>				X	
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 27 - A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – Valores em SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO PARANÁ (UG'S 200364/200365) R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Redução de consumo	2011-2013			Redução efetiva		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.751	3.086	2.636	22.535,49	25.301,13	22.907,71
Água	7.219	6.500m3	6.366m3	49.907,09	50.536,57	42.769,64
Energia Elétrica	1.426.641kw/h	1.487.357kw/h	1278.690kw/h	365.903,30	557.872,78	497.140,64
			Total	438.345,88	633.710,48	562.817,99

Fonte: NAD-GESCON-NEOF/SR/DPF/PR

Delegacia de Foz do Iguaçu/pr (UG's 200366/200367)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.878 resmas	1.956 resmas		15.188,83	15.882,72	
Água	12.890 m3	17.246m3		108.790,18	254.738,28	
Energia Elétrica	1.464.142kw/h	1.387.908kw/h		473.396,67	588.081,37	
			Total	597.375,68	858.702,37	

Fonte: NAD/DPF/FIG/PR

Delegacia de Polícia Federal em Londrina (Ug's 200368/200369)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Coleta Seletiva	2008			Satisfatórios		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	760	960	720	6.181,00	7.747,20	6.444,00
Água	4.543	3.417	3435	36.428,64	23.961,40	20.484,27
Energia Elétrica	429.771kw/h	409.026kw/h	370.891kw/h	153.486,87	186.884,32	178.097,85
			Total	196.096,51	212.309,21	227.364,68

Fonte: NAD/DPF/LDA/PR

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de Deliberações exaradas em acórdãos do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não identificamos, em 2013, deliberação do TCU a ser cumprida pela nossa UG. Entretanto, no Acórdão 2379/2012-TCU - 2ª Câmara, relativo ao exercício de 2010 - que foi motivo de Tomada de Contas em nossa UG - existem os apontamentos abaixo, cuja determinação foi no sentido de prevenir que as falhas ocorram na apresentação das próximas contas, sendo eles:

- a) Rol de Responsáveis - não informado o endereço residencial e o e-mail dos citados.
- b) Relatório de Correições - sem descrição sucinta dos fatos apurados ou em apuração.

Assim, na Tomada de Contas de 2013, as falhas serão sanadas e entendemos não haver o que preencher no quadro A.9.1.1.

9.1.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não identificamos, em 2013, deliberação do TCU pendente de cumprimento, assim entendendo, inclusive, quanto ao teor do Acórdão 4.293/2013 - 2ª Câmara, nos termos a seguir.

A CGU/PR - Controladoria Regional da União no Estado do Paraná através da Solicitação de Auditoria 201313563/01, de 04OUT2013, solicitou esclarecimentos a respeito das providências adotadas por esta UG em decorrência à determinação constante no Acórdão acima citado. Em resposta, informamos através do Ofício 53/2013-GAB/SR/DPF/PR, de 07OUT2013, que a licitação da obra de construção da nova Sede da Polícia Federal em Curitiba/PR foi realizada por Brasília e com esta informação entendemos sanado qualquer apontamento "contra" esta UG, relativo à citada obra. Ressaltamos que o processo desta obra foi elaborado pelo Órgão Central, em Brasília. Assim, não havia o que se manifestar ou providenciar nesta Unidade Gestora, além do conhecimento do teor do citado Acórdão. Destacamos que referida obra foi decorrente da Concorrência 007/2002-CEL/DPF (Comissão Especial de Licitação), a qual ensejou a celebração do Contrato 024/202-COAD/DPF, firmado entre o Departamento de Polícia Federal, na figura do Diretor Geral, e a Empresa SCHAHIN Engenharia Ltda.

Diante do exposto, entendemos que se ainda existe apontamento de pendência ou de falta de plano de providências relacionadas ao processo de construção desta nova Sede, este apontamento é indevido a esta Unidade Gestora, devendo ser atribuído ao Órgão Central promotor do certame e, por fim, da mesma forma, não há o que informar no quadro A.9.1.2.

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

Esta UG não dispõe de Órgão de Controle Interno, não havendo nada a informar relativo aos subitens sequenciais deste 9.2, deixando-se de preencher os quadros pertinentes.

9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica a esta Superintendência Regional do DPF no Paraná, face não haver realização (ou sequer previsão) de Auditoria interna para esta Unidade Jurisdicionada, motivo pelo qual se deixa de prestar as informações pertinentes.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 28 - A.9.4.1. – Demonstração do cumprimento, por autoridades e Servidores da obrigação de entregar a DBR

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	46	0	46
	Entregaram a DBR	46	0	46

Fonte: SRH/SR/DPF/PR.

9.4.2. Situação do cumprimento das obrigações

Conforme informação do SRH/SR/DPF/PR, a DBR é entregue a este setor de Recursos Humanos em papel impresso ou através de formulário de autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

9.5. Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Segundo informado pela COR/SR/DPF/PR, de acordo com orientação da SEIS/COGER/DPF (em Brasília/DF), o controle de Tomadas de Contas Especiais não é feito pelos Núcleos de Disciplina. Ainda, o quadro A.9.5 deixou de ser preenchido. Não obstante isso, aquela Corregedoria informou o quadro abaixo, que se refere aos procedimentos instaurados para apurar casos de dano ao erário, como segue:

Procedimento	Descrição Suscita dos fatos	Situação Atual
Sindicância Investigativa 07/2013-SR/PR	Acidente com viatura/veículo com autorização de uso placa DNL 7259	Baixa da restrição judicial – transferência de propriedade do veículo sinistrado p/ a seguradora – pagamento da indenização em conta judicial em trâmite.
Sindicância Investigativa 08/2013-SR/PR	Apurar desaparecimento do Jetsky KAWASAKI/1.100 SXI, recebido da SENAD, mediante termo de cessão datado de 22/03/2012	Em trâmite.
Sindicância Investigativa 09/2013-SR/PR	Apurar as circunstâncias do acidente de trânsito com a viatura oficial/ostensiva, PLACA AVN-6903, modelo L-200, marca Mitsubishi, ocorrido no dia 08/08/2013.	Transformado em Procedimento Administrativo Disciplinar: 001/2014-SR/DPF/PR. Em trâmite.

Sindicância Investigativa 10/2013-SR/PR	Apurar acidente de trânsito com a viatura, PLACA AUN-4195, modelo Meriva, marca GM, ocorrido no dia 06/07/2013	Transformado em Procedimento Adm Disciplinar 002/2014-SR/DPF/PR. Em trâmite.
Sindicância Investigativa 15/2013-SR/PR	Sinistro envolvendo viatura W/FOX 1.6, placa AOW-1205 em 16.10.2013.	Relatado em 10.01.2014, com sugestão de responsabilização do condutor do veículo. Em trâmite.
Sindicância Investigativa 02/2013-DPF/FIG	Apurar fato referente ao acidente de trânsito envolvendo viatura descaracterizada CITROEN/C3, prata, placa MFG7682	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 09/2013-DPF/FIG	Apurar fato referente ao acidente de trânsito envolvendo viatura descaracterizada, BLAZER/GM, cor prata, placa ALY-687 e	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 10/2013-DPF/FIG	Apurar fato referente ao acidente de trânsito envolvendo viatura descaracterizada, GM S10, cor prata, placa AJS9648.	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 03/2013-DPF/GRA	Apurar eventual responsabilidade funcional disciplinar diante do extravio da submetralhadora HK MP5	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 01/2013-DPF/CAC	Apurar circunstâncias desaparecimento radio tetrapol tph600	Arquivamento.
Sindicância Investigativa 02/2013-DPF/CAC	Apurar circunstâncias em que ocorreu acidente com a viatura Mitsubishi PAJERO DAKAR ITF 1335.	Relatado, com sugestão de arquivamento.
Sindicância Investigativa 03/2013-DPF/CAC	Apurar os fatos ocorridos na informação 02-NAD/DPF/CAC/PR e no BO 2012/1152546 - subtração de notebook, marca HP, cor preta, patrimônio 2011006731, ocorrida em 20.12.12	Em trâmite.
Sindicância Investigativa 10/2013-DPF/CAC	Apurar circunstâncias em que ocorreu acidente com viatura MITSUBISHI PAJERO placa AWX8131.	Em trâmite
Sindicância Investigativa 01/2013-DPF/LDA	Apurar o desaparecimento do bem patrimonial (roteador) sob nº 2010246386, equipamento responsável pelo suporte da rede sem fio W-AUDITORIO.	Relatado, com sugestão de arquivamento.
Sindicância Investigativa 01/2013-DPF/PGZ	Apurar causas, efeitos e responsabilidades das avarias constatadas em viatura policial ASTRA, placas AJE 0162.	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 01/2013-DPF/PNG	Apurar as circunstâncias de acidente envolvendo veículo FIAT/PALIO ELX, branco, 2006, placas ANE-7727, ocorrido	Arquivamento – não configurada Infração disciplinar.
Sindicância Investigativa 02/2013-DPF/PNG	apurar circunstâncias do acidente envolvendo veículo TOYOTA / COROLLA, prata, 2009, placa ARL-0935.	Em trâmite

9.6. Alimentação do SIASG e SICONV

Os dados dos contratos e convênios encontram-se cadastrados nos sistemas SIASG e SICONV, conforme se depreende das Declarações dos Gestores, constantes no Anexo I, deste Relatório.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Ressaltamos que esta Superintendência não possui canal direto de comunicação com a sociedade, tampouco mecanismos de avaliação dos serviços prestados. No entanto, o Departamento de Polícia Federal possui tal canal e mecanismos, na forma como segue:

O site institucional do Departamento de Polícia Federal, através do link "<http://www.dpf.gov.br/servicos/fale-conosco>" possibilita, mediante as opções abaixo, acesso a informações de interesse do cidadão ou permite que denúncias ou reclamações sejam registradas.

Fale Conosco

1. Para dúvidas sobre **passaporte**, clique **aqui** . Caso a sua dúvida permaneça, ligue **194**.
2. Informações sobre controle de **produtos químicos**, clique **aqui**.
3. Se houver alguma **reclamação sobre os serviços** prestados pela PF, clique **aqui**.
4. Para **denúncias**, clique **aqui**.

Ainda, através do link "<http://www.dpf.gov.br/institucional/pesquisa-de-satisfacao/>" o cidadão pode avaliar os serviços e o atendimento prestado pela Polícia Federal, informando qual foi o estado que lhe prestou o atendimento, que tipo de serviço procurou no órgão, como foi o atendimento e qual foi o grau de satisfação do usuário.

Pesquisa de Satisfação

Cidadão, este é um espaço disponível para a sua avaliação dos serviços prestados pela Polícia Federal. Clique no banner abaixo e faça a sua avaliação.

A avaliação é um dos pontos elencados no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) – de apoio ao aperfeiçoamento das atividades do setor público, que definiu como prioridade em 2010 a concretização das ações previstas no Decreto nº 6.932, que dispõe sobre a simplificação do atendimento do setor público e instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão.

A Polícia Federal lançou no dia 26 de março de 2010 sua Carta de Serviços. O documento busca ampliar o acesso do cidadão aos serviços e facilitar o atendimento ao público nas unidades da Polícia Federal.



O Departamento de Polícia Federal, visando dar cumprimento a Lei de Acesso a Informação, reúne e divulga disponibiliza dados que são de interesse coletivo, através do link "<http://www.dpf.gov.br/acessoainformacao/>".

Acesso à Informação

Esta seção reúne e divulga dados da Polícia Federal que são de interesse coletivo, a fim de facilitar o acesso à informação.

Sobre a Lei de Acesso à Informação
www.acessoainformacao.gov.br

SIC
Serviço de Informação ao Cidadão
Saiba como solicitar acesso

Acesso à Informação

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações relativas aos itens 11.3 a 11.6 não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, motivo pelo qual os itens não figuram na sequência do relatório.

Por sua vez, as informações relativas ao item 11.1 foram repassadas, de forma padronizada, pela Unidade Central competente, do Departamento de Polícia Federal, na forma como abaixo segue:

11.1. Medidas tomadas para adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Quanto à aplicação da NBC T 16.9 e NBC T 16.10:

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

b) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de ativos:

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos

c) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

d) Das taxas utilizadas nos cálculos:

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27

e) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- 1) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- 2) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- 3) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- 4) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- 5) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- 6) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e A UJ não possui Ativo Diferido.

- f) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:

A utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente. Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Segue, como Anexo II a este Relatório de Gestão, as Declarações dos Contadores das Unidades Gestoras vinculadas à Unidade Jurisdicionada.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Como já citado neste Relatório, para cumprir os objetivos propostos no presente exercício foram realizadas diversas operações policiais, bem como, foram realizados diversos eventos de valorização e capacitação dos servidores.

Mesmo diante de dificuldades impostas em âmbito federal, as providências implementadas por esta Administração possibilitaram a continuidade das ações, minimizando, portanto, o impacto das dificuldades enfrentadas.

Destaque-se que se busca incessantemente a melhoria dos resultados e, no contexto operacional (atividade fim afeta a esta Superintendência), fortalecemos a integração junto a outras instituições, a exemplo da CGU/PR, Receita Federal, IBAMA, INSS, Ministério do Trabalho e Tribunal de Contas da União, além da Secretaria de Segurança Pública (polícias militar e civil) e, também, junto à Guarda Municipal desta Capital.

Não podemos deixar de citar, em especial, a prestimosa contribuição da Controladoria Geral da União e da Receita Federal do Brasil, em ações de combate ao desvio de verbas públicas.

As atividades desta Superintendência, por demais abrangentes, englobam atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União. Nesse contexto, são realizadas atividades voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras.

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de materiais, prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem aguardar o procedimento ordinário de execução.

Como se pode notar de plano pelas informações da execução orçamentária e financeira – constantes em item específico deste Relatório, a maior concentração de recursos executados, refere-se as atividades de administração da Unidade, inclusive ações de informática. A manutenção das atividades de apoio abrange, dentre outras, as despesas com terceirização de serviços de limpeza, vigilância e recepcionistas, serviços de manutenção predial, de manutenção da frota de veículos, aluguéis de imóveis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar a entrega voluntária de armamentos, o que, de plano, contribui para a redução de ocorrências (acidentes e crimes) com utilização de armas de fogo.

Finalmente, em relação à capacitação dos seus Servidores, esta Superintendência tem tomado ações efetivas visando a especialização constante, não só em treinamentos/cursos relativos às atividades fim, como às atividades meio. No tocante à atividade fim, além de ações próprias desta Superintendência, diversos são os cursos ofertados pela Academia Nacional de Polícia, instituição de ensino voltada às peculiaridades das atribuições afetas à Polícia Federal, em que pese ministrar treinamentos e cursos a outras instituições, sempre em ações ligadas à Segurança Pública.

Ao final do exercício podemos analisar a gestão como satisfatória, considerando as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos. Não obstante isso, os resultados satisfatórios somente foram conquistados em função do esforço conjunto de todos os Servidores desta Superintendência, que souberam superar a carência de recursos com criatividade e denodado esforço.

Para 2014, espera-se o fortalecimento das parcerias com os órgãos citados anteriormente, visto a especialização de seus Servidores, os quais contribuem significativamente para os resultados alcançados.

Como já frisado anteriormente, visando cumprir suas atribuições legais e atentando para o cumprimento de determinações e/ou orientações de Órgãos Superiores, esta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Paraná executou, durante o exercício de 2013, diversas atividades foram desenvolvidas, as quais se encontram elencadas no quadro abaixo, composto por diversas tabelas, denominado de “relatório de atividades Gerais”, como segue:

Relatório de Atividades Gerais

Quadro 29 – Atividades gerais e resultados obtidos em 2013

INQUERITOS	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaira	TOTAL
INSTAURADOS	1.190	249	955	353	328	1.047	711	1.385	705	6.923
FLAGRANTE	140	15	275	73	31	62	82	412	279	1.369
PORTARIA	1.050	234	680	280	297	985	629	973	426	5.554
LRE'S	14	3	7	34	7	9	53	31	29	187
RELATADOS	2.948	211	562	264	326	629	591	1.538	507	7.576
EM ANDAMENTO	1.966	256	1.208	475	179	1.370	617	1.384	624	8.079

Termos Circunstanciados	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaira	TOTAL
INSTAURADOS	81	5	15	4	6	21	2	23	18	175

PRISÕES	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguaçu	Guaira	TOTAL
GERAL	NI	22	400	98	46	6	129	551	390	1.642
PREVENTIVAS	NI	0	0	21	6	6	0	0	1	34
TEMPORARIAS	NI						6			6

M.BBUSCA E APREENSÃO	Sede - Curitiba	Parana-guá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
CUMPRIDOS	NI	1	22	83	23	20	10	0	0	159

APREENSÕES REALIZADAS	Sede - Curitiba	Parana-guá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Cocaína (kg)	164,50	23,57	32.395,00	5,73	-	367,00	26,55	700,00	175,37	33.857,72
Crack (kg)	233,20	3,07	205.085,00	27,66	81,15	19,30	-	757,00	115,52	206.321,91
Haxixe (kg)	-	-	11.670,00	-	-	-	-	95,00	7,88	11.772,88
Lança perfume (frascos)	4.320,00	-	2.640,00	-	-	-	-	7.000,00	-	13.960,00
MDMA. - extase (un)	65.537,00	-	1.681,00	-	-	1.587,00	5.423,00	8.000,00	-	82.228,00
Maconha (kg)	6.351,96	-	13.803,00	3.594,22	2.840,15	3.059,16	1.788,30	67.056,00	10.436,82	108.929,61
Pasta base (kg)	-	-	8.300,00	-	-	-	-	-	-	8.300,00

BENS/ PRODUTOS	Sede - Curitiba	Parana-guá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Veículos (unidade)	119	-	214	72	21	117	14	196	414	1.167
Motos (unidade)	1	-	-	-	-	11	-	12	8	32
Caminhões (unidade)	12	-	51	5	-	14	1	41	57	181
Armas (unidade)	22	3	27	12	-	28	13	94	23	222
Munições (unidade)	460	89	1.612	138	-	3.816	364	21.868	2.351	30.698
Embarcações (unidade)	-	-	-	-	-	-	-	11	11	22
Cigarros (pacotes)	499	714	1.240.000	85.590	17.949	94.962	2.715	-	1.636.150	3.078.579
Agrotóxicos (gramas)	-	-	1.000	1.480	-	-	-	-	759.100	761.580
Pneus (unidade)	-	-	-	-	-	-	42	-	107	149
Cédulas falsas (unidade)	1.682	460	124	151	128	336	238	93	24	3.236
Equip. Eletrôn. (unid.)	308	-	-	61	-	43	92	-	10.216	10.720

DELEMIG	Sede - Curitiba	Parana-guá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Carteiras de estrang. exped.	3.258	76	342	97	250	590	442	789	173	6.017
Passaportes expedidos	74.552	3.539	5.376	2.939	6.522	16.105	16.800	5.269	2.871	133.973
Deportações	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Extradicações realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expulsões	3	-	-	2	-	-	-	9	-	14
Naturalizações	53	1	15	5	10	6	8	108	1	207
Repatriações	-	3	1	-	-	-	-	-	-	4

DELINST	Sede - Curitiba	Parana-guá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londrina	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Segurança de Dignitários	16							8		24
Proteção de testemunhas	2									2

DELEAQ	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Registros de arma expedidos	6.957	67	287	762	769	1.841	685	551	523	12.442
Portes de arma expedidos	171	-	-	-	-	-	1	-	-	172
Empresas fiscalizadas	87	2	29	9	3	7	5	2	4	148
Empresas visitadas	-	-	1	9	-	6	31	-	19	66
Cadastrros aprovados	102	1	29	10	6	52	26	7	14	247
Licenças renovadas	684	11	87	35	21	218	220	27	38	1.341
Autorizações especiais	1	-	-	-	1	-	2	-	-	4
Valores arrecadados -	760.000,00	-	105.800,00	-	23.000,00	226.000,00	249.250,00	30.800,00	38.600,00	1.433.450,00

DELESP	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Certificados emitidos (form.	2.924	-	1.055	-	325	1.092	606	420	-	6.422
Exp. Carteira Nacional de	-	-	438	-	-	2.283	-	311	74	3.106
Vistorias (Carro - Forte)	117	-	21	17	8	43	30	12	2	250
Vistorias (Bancos)	777	-	146	116	124	378	220	76	51	1.888
Vistorias (Empresas Esp. e	79	-	18	6	5	31	17	8	3	167
Processos de Empresas (Autor.	3	-	14	GESP	10	36	18	9	1	91
Processo de Empresas	-	-	6	GESP	5	28	-	9	-	48
Processo de Empresas, (Alt.	13	-	2	3	-	4	-	-	-	22
Auto de Constatação de	11	-	12	13	-	107	1	22	8	174
Guias de Tráfego de Armas	54	-	215	265	12	93	5	20	-	664
Armas arrecadadas	227	-	136	89	-	27	54	104	47	684
Munições arrecadadas	1.618	-	885	338	-	-	27	1.145	270	4.283
Aplicação de Multas (em R\$)	-	-	-	-	-	63.852,38	-	-	-	63.852,38
Arrecadação - GRU (em R\$)	1.033.484,96	46.820,40	-	-	144.509,88	482.990,06	500.000,00	123.835,22	53.736,66	2.385.377,18

NÚCLEO DE OPERAÇÕES	Sede - Curitiba	Paranaguá	Casca-vel	Guara-puava	Ponta Grossa	Londri-na	Maringá	Foz do Iguacu	Guaíra	TOTAL
Escoltas		20	118	29	5	50	72	635	102	1.031
Intimações		210	307	515	505	1.584	694	747	155	4.717
Mandados de Prisão	29	-	22	45	9	50	4	83	5	247
Mandados de Prisão Incluídos		27	899	24	-	600	-		5	1.555
Planejamento de Operações	1	-	-	6	-	-	-		1	8

Laudos por Área de Exame	SETEC/PR	NUTEF/FIG	UTEF/LDA	UTEF/GRA	Total
Contábil Econômico Financeiro	65	1	6	17	89
Arma e Balística	122	181	38	36	377
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	362	81	158	76	677
Merceológico	236	74	40	-	350

Entorpecentes e Psicotrópicos *	684	447	89	71	1.291
Laboratório (Explosivos e Outros)	-	145	-	-	145
Exames técnicos em obras	8	1	8	-	17
Aparelhos eletroeletrônicos	362	160	-	1	523
Local	53	15	11	2	81
Material de Informática	459	192	71	66	788
Material audiovisual	48	4	36	-	88
Constatação de Dano ambiental	519	5	19	12	555
Veículos	165	714	211	313	1.403

GID/DREX/SR/DPF/PR	SR/DPF/PR
Identificação criminal com fotos	50
identificação funcional	26
Perícias papiloscópicas	112
Laudos Papiloscópicos	86
Representações Faciais Humanas	1
Inclusões no SINIC	2.416
Emissões de folhas de Antecedentes	1.875
Pesquisas no AFIS Naturalização/refúgio	767
Controle de Qualidade de passaportes (AFIS)	33.714

Quadro de Operações realizadas:

Nome	Local	Objetivo	Resultado
PHARMA LÍCITA	Guarapuava/PR	Realização de diligências em conjunto com a ANVISA nas farmácias de Guarapuava visando a repressão a crimes contra a saúde pública e tráfico de drogas.	22 buscas e apreensões e 03 prisões em flagrante
ENEMIES	Guarapuava/PR	Investigação de organização criminosa voltada ao tráfico de entorpecentes interno e corrupção de menores.	02 buscas e apreensões , 06 prisões preventivas , 06 prisões em flagrante, 03 autos inflacionais de adolescente
DOCÊNCIA	Guarapuava/PR	Investigação de tráfico interno de entorpecentes.	02 buscas e apreensões , 01 prisão em flagrante, 01 termo circunstanciado
PENINHA	Ira ti/PR	Investigação de tráfico interno de entorpecentes.	04 buscas e apreensões, 03 prisões preventivas e 01 prisão em flagrante
SÃO LOURENÇO	Palmas/PR	Investigação de crimes ambientais, bando e posse/porte ilegais de armas no Assentamento São Lourenço. Execução em conjunto com o IBAMA e o INCRA.	08 buscas e apreensões e 03 prisões em flagrante
AGRO-FANTASMA	15 municípios do PR, 1 de SP e 1 do MS	Investigação de 11 crimes diversos versando sobre desvio de recursos públicos no PAA - Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, com envolvimento de organização criminosa na CONAB.	37 buscas e apreensões, 11 prisões preventivas, 03 prisões em flagrantes, 07 suspensões cautelares da função pública e 37 conduções coercitivas
LAZULI	Foz do Iguaçu/PR	Desarticular servidores municipais (GM) envolvidos em facilitação ao contrabando/descaminho, corrupção passiva, conclusão, prevaricação	Prisão de 03 guardas municipais e apreensão de 02 armas de fogo
AJUBÁ	Foz do Iguaçu/PR	Tráfico de drogas	Deflagrado
DUPLA FACE	Foz do Iguaçu/PR	Contrabando	Deflagrado
MYMBA KUERA	Foz do Iguaçu/PR	Tráfico de drogas	Deflagrado

Consórcio – PR	Jaguariaíva/PR e Arapoti/PR	Apurar crimes de estelionato, tráfico de influência, prevaricação, corrupção ativa e passiva, perpetrados por intermediadores de benefícios, advogadas e médicos peritos do INSS, consistentes na concessão de benefícios previdenciários por meio fraudulento, com reiterada ocorrência de direcionamento das perícias aos mesmos médicos peritos que forneciam atestados obtidos em seus consultórios particulares mediante a cobrança de honorários relativos às consultas particulares, condutas que configuram os delitos tipificados no art. 171, § 3º, art. 288, art. 313-A, 317, art. 332 e art. 333, todos do Código Penal.	Medidas Cautelares: R\$ 120.000,00 em fianças recolhidas. Proibição às advogadas, médicos peritos e intermediários de frequentar a APS Jaguariaíva/PR. Proibição às advogadas de atuar na área previdenciária, administrativa e judicial. Afastamento preventivo do cargo de médico perito previdenciário. Proibição dos médicos de fornecerem atestados para fins previdenciários. Requerido pela autoridade policial e decretado pela Justiça Federal o sequestro de três fazendas, diversos imóveis (apts em Curitiba e Guaratuba, casas, consultórios etc) e diversos veículos (automóveis, camionetes, motocicleta e caminhão)
Tanatus	Telêmaco Borba/PR e Ponta Grossa/PR	Apurar desvios de recursos da Previdência Social mediante a criação de falsos benefícios de pensão por morte	Requerido pela autoridade policial e decretado pela Justiça Federal o sequestro judicial de 04 imóveis em Ponta Grossa/PR, destinados a recomposição dos cofres da Previdência Social
PREDADOR	DIAMANTE DO NORTE/PR	Desarticular quadrilha de pescadores e empresários que realizava intensa pesca predatória às margens de Usina Hidrelétrica existente no local	Os esperados. Cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão, 6 mandados de prisão temporária e 4 mandados de condução coercitiva.
GLASNOST	Diversas Unidades da Federação	Combate à pornografia infantil	86 Mandados de Buscas cumpridos, 30 conduções coercitivas, 1 prisão preventiva, 26 prisões em flagrante, coleta de amostras de DNA de suspeitos.
KATYORÃ	CURITIBA	Tráfico de drogas	ENCERRADA
SPACE	CURITIBA	Tráfico de drogas	ENCERRADA
MERCADOR	CURITIBA	Tráfico de drogas	ENCERRADA

Estas foram, pois, as principais atividades desenvolvidas pela Unidade durante o exercício de 2013, cujo rol poderia contemplar resultados ainda mais significativos, não fossem as intempéries enfrentadas, porém, mesmo assim, demonstram o efetivo cumprimento de suas atribuições, no que concerne à Segurança Pública e demais atividades afetas ao Departamento de Polícia Federal.

Curitiba/PR, 20 de Março de 2014.

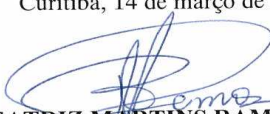
DPF ROSALVO FERREIRA FRANCO
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas

ANEXOS

ANEXO I – DECLARAÇÕES DOS SETORES DE GESTÃO DE CONTRATOS

- a) **Declaração relativa às Unidades Gestoras 200364 e 200365 (Superintendência Regional do DPF no Paraná)**

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, BEATRIZ MARTINS RAMOS RIVA, CPF nº 052.433.969-40, Responsável pela Gestão de Contratos, exercido na SR/DPF/PR, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, que foram informados à esta Gestão de Contratos, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, exceto aquelas para as quais os sistemas não possuem funcionalidades, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Curitiba, 14 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;"> BEATRIZ MARTINS RAMOS RIVA CPF nº 052.433.969-40 Responsável pela Gestão de Contratos da SR/DPF/PR</p>
--


b) Declaração da Gestão de Contratos, relativa às Unidades Gestoras 200366 e 200367 (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu)

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **WILLIAM CORDEIRO LEITE**, CPF nº 071.641.367-18, Gestor de Contratos, exercido na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, ressalvado alguns cronogramas de contrato, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Foz do Iguaçu/PR, 26 de fevereiro de 2014.


WILLIAM CORDEIRO LEITE
Agente de Polícia Federal
Gestão de Contratos
Matrícula 16.665

c) **Declaração da Gestão de Contratos, relativa às Unidades Gestoras 200368 e 200369 (Delegacia de Polícia Federal em Londrina)**

Quadro A.9.6

DECLARAÇÃO

Eu, Nilson Antunes da Silva, CPF nº 105.893.908-48, Delegado de Polícia Federal, Chefe e Ordenador de Despesas da Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, UG 200368, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Londrina/Pr, 26 de Fevereiro de 2014.

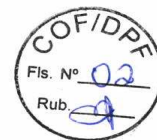

Nilson Antunes da Silva

105.893.908-48

Delegado de Polícia Federal - DPF/LDA/PR

ANEXO II – DECLARAÇÕES DOS CONTADORES

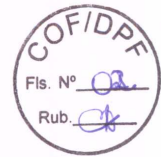
- a) Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200364 e 200365 (Superintendência Regional do DPF no Estado do Paraná).



Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (U.J)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - SR/DPF/PR			200364
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº	DF-12534/O-8

b) Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200366 e 200367 (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu).



Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - DPF/FIG/PR			200366
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº	DF-12534/O-8

AO SELOG.
12/02/14

ROSALVO FERREIRA FRANCO
Superintendente Regional-Sr/DPF/PR
Classe Especial-Matricula 2.390

Encaminhar
Ao NAD/Foz

12/02/14
PAULO RICARDO MANFRIN
Perito Criminal Federal
Chefe SELOG/SR/PR
Classe Especial - Matr. 10.941

Ricardo Cubas Cesar
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPF/FIG/PR
Matr. 10.941

10/02/2014

c) **Declaração do Contador, relativa às Unidades Gestoras 200368 e 200369 (Delegacia de Polícia Federal em Londrina)**



Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM LONDRINA	200368
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília /DF
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES
Data	27/01/2014
CRC n°	DF-12534/O-8

ANEXO III – ORGANOGRAMA DA SR/DPF/PR

